



Perfil Socioeconômico do Município de Flor do Sertão/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

G511 Giotto, Enio et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Flor do Sertão/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Enio Giotto, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Júlia Laize Bandeira Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Giotto,Enio. II.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.Oliveira, Gabriel Nunes de. IV.Costa, Nilson Luiz. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira. VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Sérgio Luiz Triches
Gustavo Pereira Fortes
Valéria Maria Zanatta Senger
Jocler Moresco
Walmor Liberalesso
Leocácio Gallo Paloschi
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

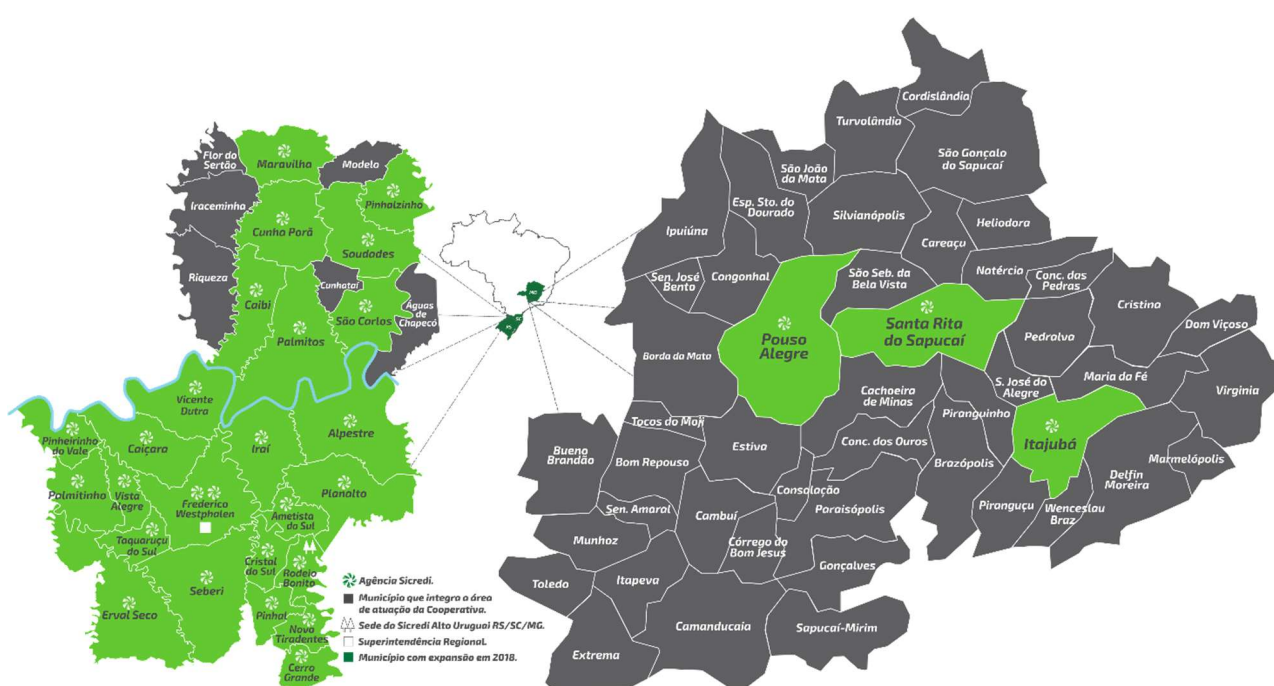
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Flor do Sertão.....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	30
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Flor do Sertão/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições de pessoas da sociedade e representantes de entidades para esta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório “Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional”, no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão/SC (2019), o município está situado na mesorregião Oeste Catarinense, distante 630 Km da capital do estado, Florianópolis. Possui limites com os municípios de Romelândia ao norte, São Miguel da Boa Vista ao Leste, Descanso e São Miguel do Oeste ao Oeste, e Iraceminha ao Sul.

Segundo a Lei nº 9.922 de 29 de setembro de 1995, o município de Flor do Sertão foi criado, sendo instalado em 1 de janeiro de 1997, desmembrando-se de Maravilha, com 58 Km quadrados.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 500 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 26°46'39" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°20'51" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu por volta de 1952 com famílias de colonos gaúchos oriundos dos municípios de Guaporé, Casca e Serafina Corrêa. Mais tarde, vieram os descendentes de italianos e portugueses, os alemães, e por fim, os poloneses (Prefeitura Municipal de Flor do Sertão/SC, 2019).

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 1.582 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 1.588 habitantes.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	160	19%	168	22%	328	21%
Rural	667	81%	593	78%	1.260	79%
Total	827	100%	761	100%	1.588	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 79% da população de Flor do Sertão vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 21% tem até 14 anos, 22% de 15 a 29 anos, 41% de 30 a 59 anos e 16% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	173	20,92	162	21,29	335	21
15-29 anos	192	23,22	164	21,55	356	22
30-59 anos	341	41,23	305	40,08	646	41
60 ou mais	121	14,63	130	17,08	251	16
Totais	827	100,00	761	100,00	1.588	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Flor do Sertão

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

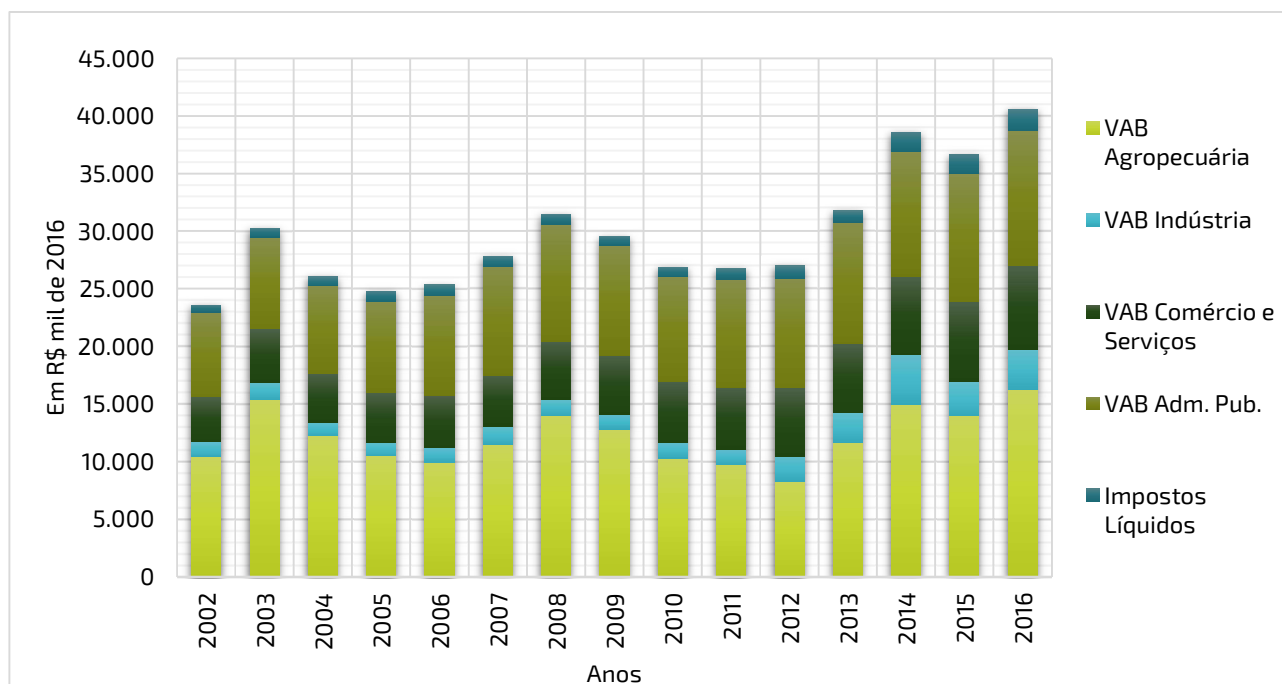
³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 23,57 milhões para R\$ 40,59 milhões, mantendo-se acima de R\$ 31 milhões no período 2013 a 2016 e em tendência de crescimento. Neste período, o setor agropecuário, a administração pública e o setor de serviços se constituíram como os setores com maior capacidade de geração de riquezas.

Em 2016, os setores que mais geraram riquezas foram: o setor agropecuário (R\$ 16,26 milhões), da administração pública (R\$ 11,72 milhões) e, em menor proporção o segmento de comércio e serviços (R\$ 7,24 milhões) e da indústria (R\$ 3,51 milhões), conforme é possível observar na Figura 2.

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

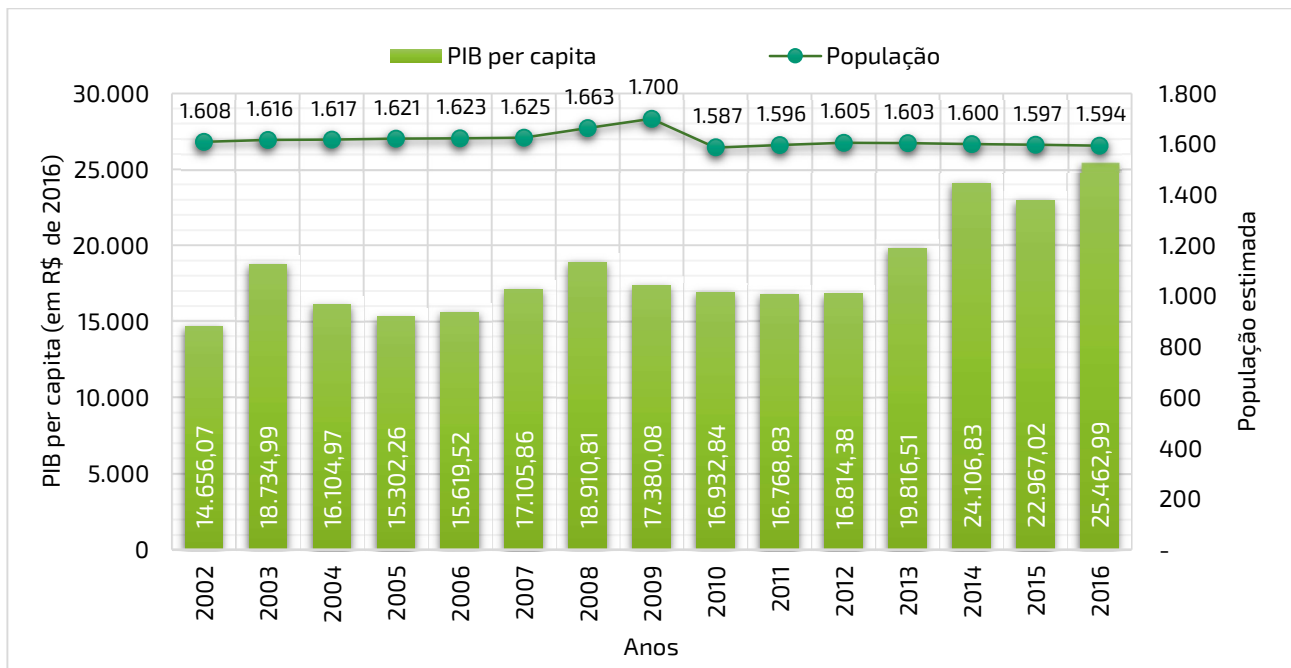


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Do início do período analisado até o ano de 2016, o PIB Real *per capita* evoluiu de R\$ 14.656,07 para R\$ 25.462,99.

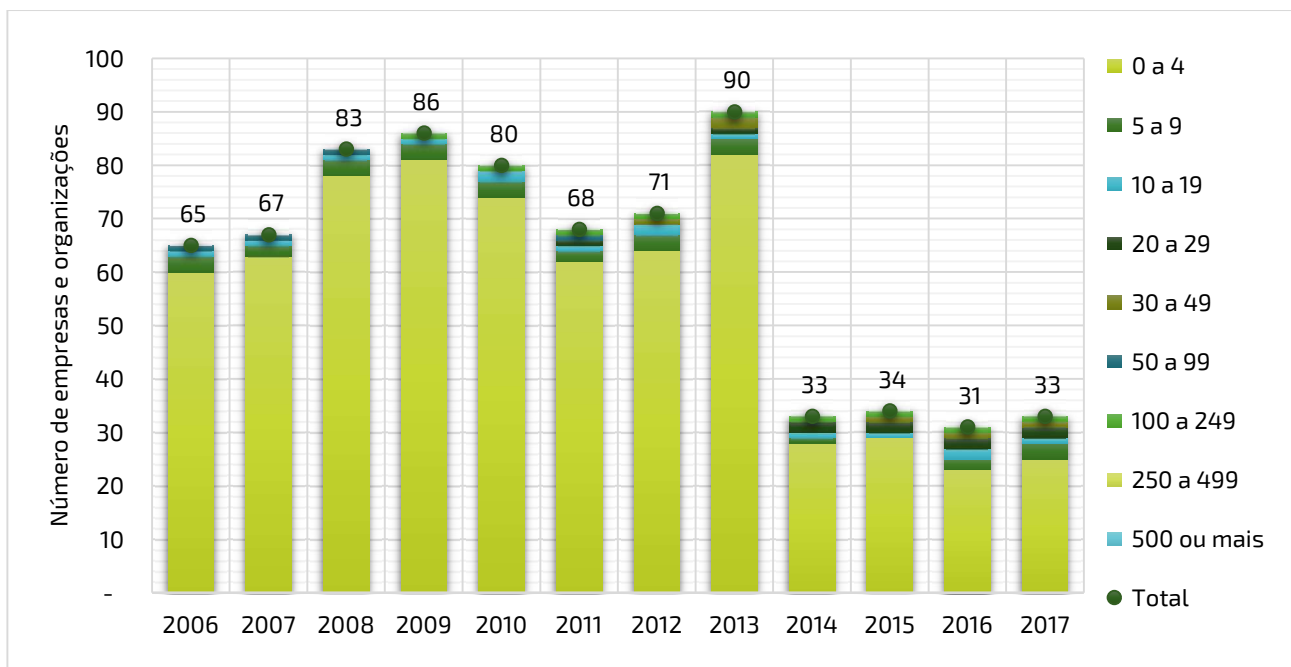
No entanto, observa-se que a partir do ano de 2014 este indicador mostra claros sinais de estagnação e ainda se situa em patamar inferior à média da região e do estado de Santa Catarina.

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



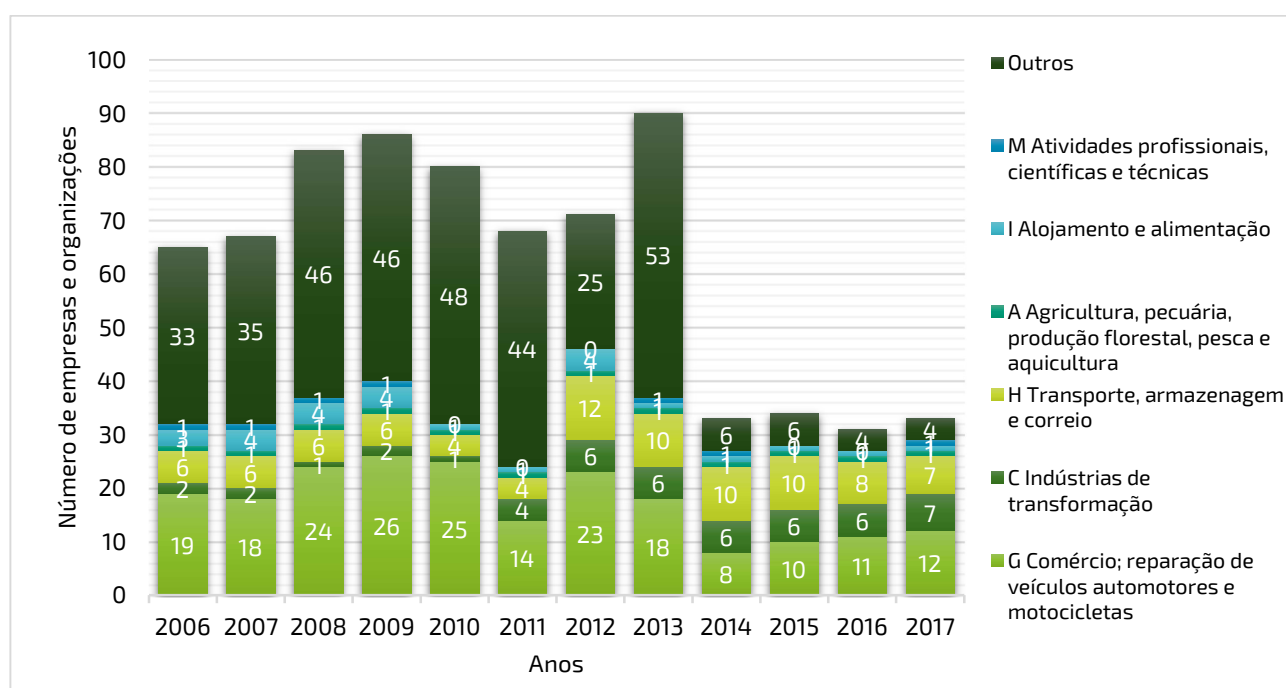
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta majoritariamente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 pessoas. Juntas, estas empresas

representaram 76% do total de organizações do município no ano de 2017. Em 2017, 8 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 3 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados (Figura 4).

Na Figura 5, apresenta-se a evolução do número de empresas e organizações por setor de atividade econômica da economia municipal. Nesta é possível observar que o segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas (12, equivalente a 36% do total no ano de 2017).

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Destaca-se que entre os anos de 2012 e 2013 houve uma redução de 47 empresas no segmento "outros". Destas, 43 empresas estavam registradas na atividade de "R Artes, cultura, esporte e recreação" junto ao Cadastro Central de Empresas do IBGE. Também, na comparação 2006 – 2017, foi possível observar redução de 37% no número de empresas do segmento de "Comércio e Oficinas Mecânicas".

Por outro lado, o número de empresas do segmento de indústrias de transformação cresceu em 2017, na comparação com 2006, e representa 21% do total de empresas e organizações. O mesmo ocorreu com o número de empresas de transporte, armazenagem

e correio, que apresentou comportamento crescente até 2012, mas decresceu a partir de então e fechou 2017 com 7 organizações.

Sendo assim, destaca-se que os segmentos voltados ao comércio, transporte, armazenagem e correio, indústria de transformação, alojamento e alimentação, agricultura e pecuária e atividades profissionais científicas e técnicas agregam a maior parte das empresas de Flor do Sertão.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado por meio das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

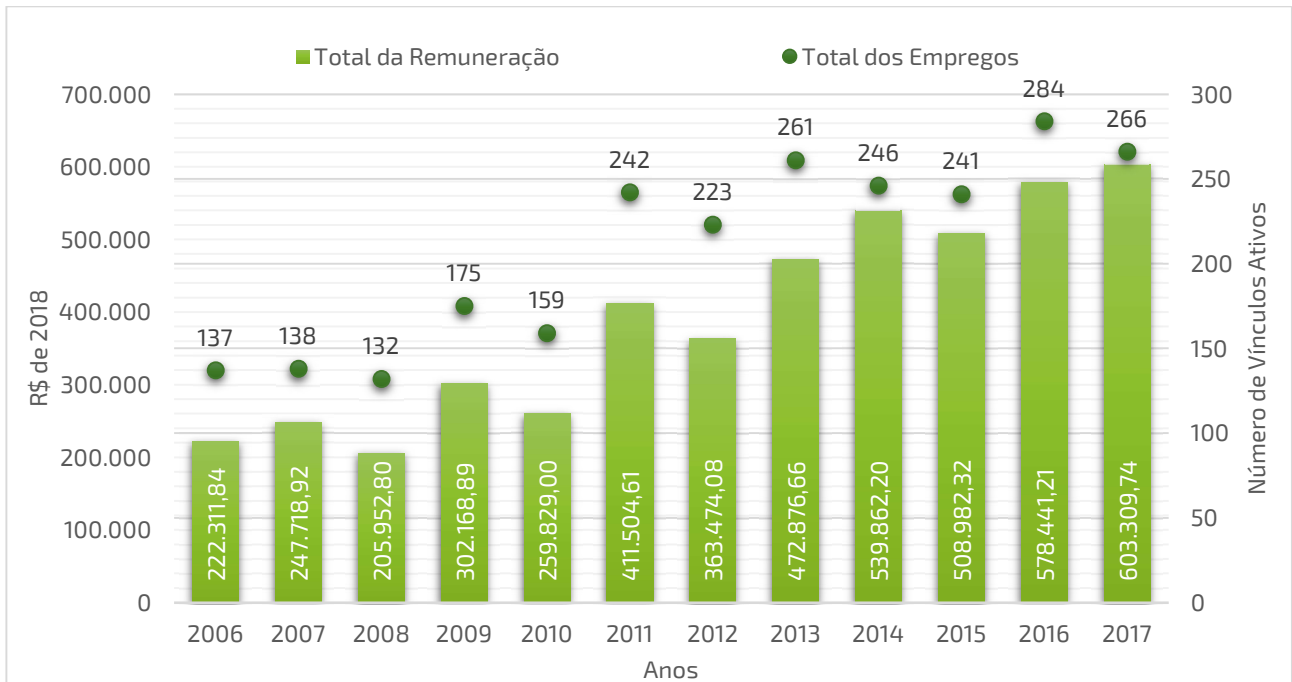
Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem aumentado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 137 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 222.311,84 mil/mês em 2006 para 266 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 603.309,74 mil/mês em 2017, com um aumento expressivo no período analisado.

As únicas retrações do período, em termos de número de empregos, ocorreram de 2007 para 2008, de 2009 para 2010 e 2014 para 2015.

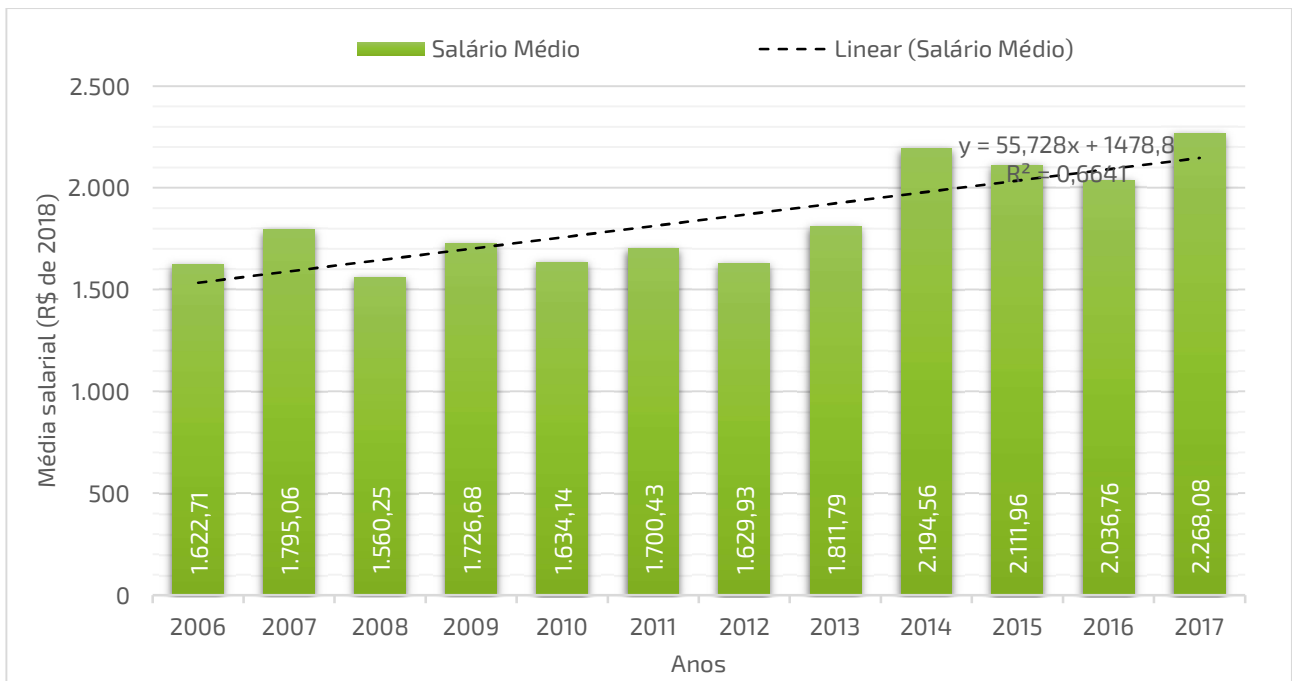
Contudo, o mercado formal de trabalho recuperou-se no ano seguinte, fechando com 284 postos de trabalho e massa salarial equivalente a R\$ 578.441,21 mil, vindo a reduzir os postos de trabalho em 2017 para 266, mas, com aumento do total da remuneração para R\$ 603.309,74 mil, revelando que as pessoas que se encontravam empregadas tiveram uma agregação de valor na remuneração.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

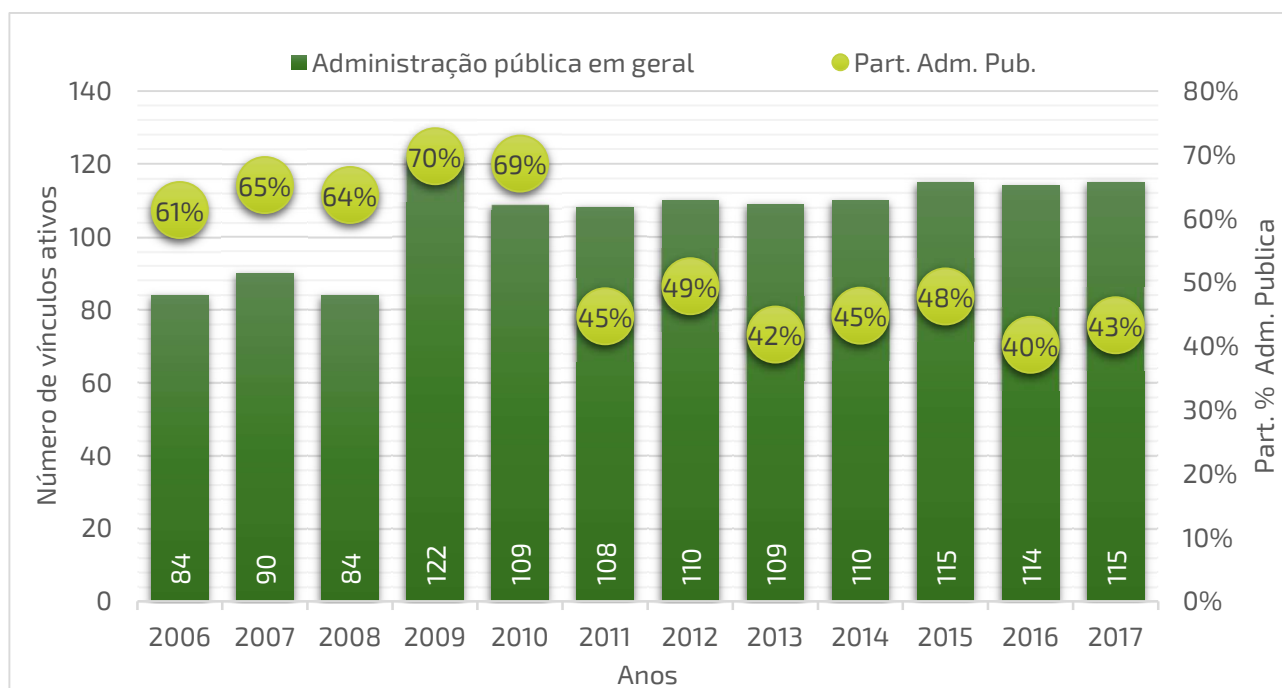


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 é possível observar que o salário médio, em valores reais, vinculados a esses postos de trabalho, cresceu de R\$ 1.622,71 para R\$ 2.368,08 entre 2006 e 2017. Isso representou um aumento real nos salários médios praticados no município. Tem-se uma retomada do salário médio praticado no município, no ano de 2017, após ter entrado em declínio no ano de 2015.

Na Figura 8 é possível observar a participação relativa dos postos de trabalho do setor público no mercado formal de trabalho do município. Entre os anos de 2006 e 2016, essa participação reduziu de 61% para 41% no período analisado, apesar de ter aumentado para 70% em 2009.

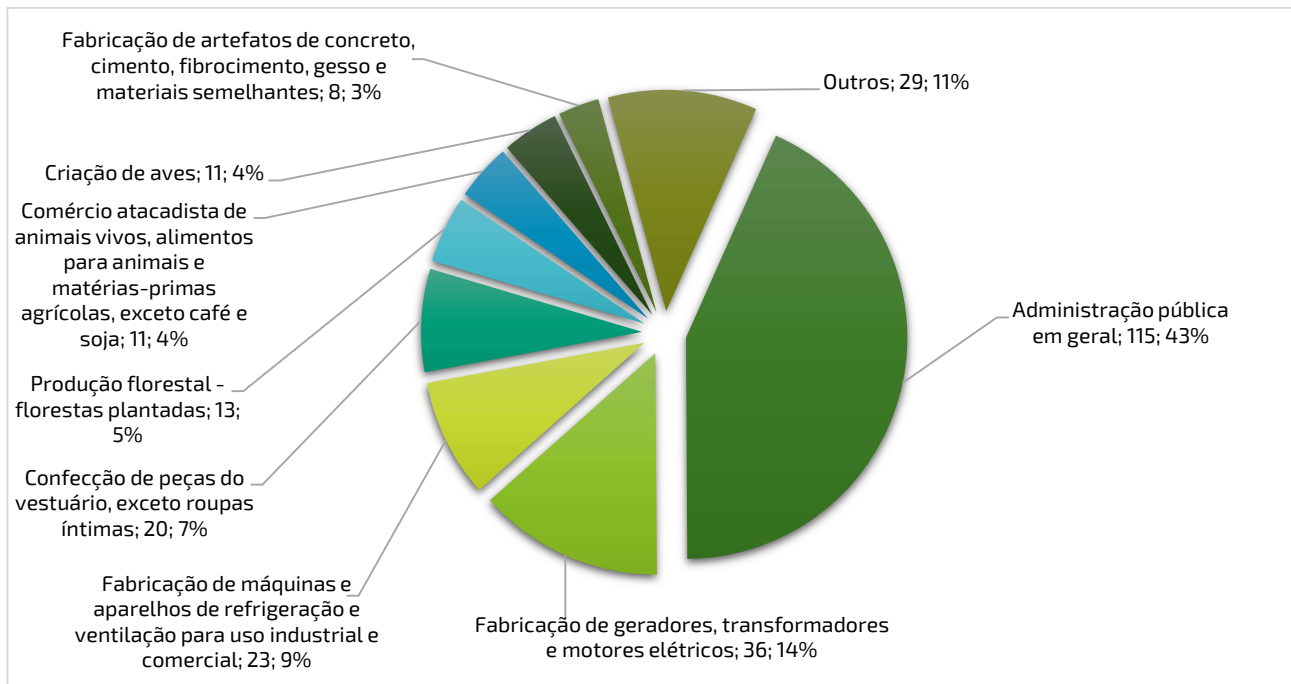
Figura 8. Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Além dos 43% dos postos de trabalho vinculados à Administração Pública em Geral, 14% dos empregos formais estão vinculados a empresas ligadas a fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos, e 9% ao Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial.

Na Figura 9 é possível verificar a estratificação do emprego segundo as diversas atividades econômicas no município.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Destaca-se que entre 2006 e 2017 foram gerados 129 novos postos de trabalho: Administração pública em geral - 31 novos empregos; Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos (36); Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial (23); Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas (20); Produção florestal - florestas plantadas (13); Criação de aves (11); Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja (8) e; Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes, com 8 novos empregos gerados.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades.

Cerca de 91% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (20 hectares) e concentram cerca de 75% da área. Além disto, 7,28% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e

ocupam 19,06% da área total dos estabelecimentos do município, conforme é possível observar na Tabela 3.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 94% da área dos imóveis rurais.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

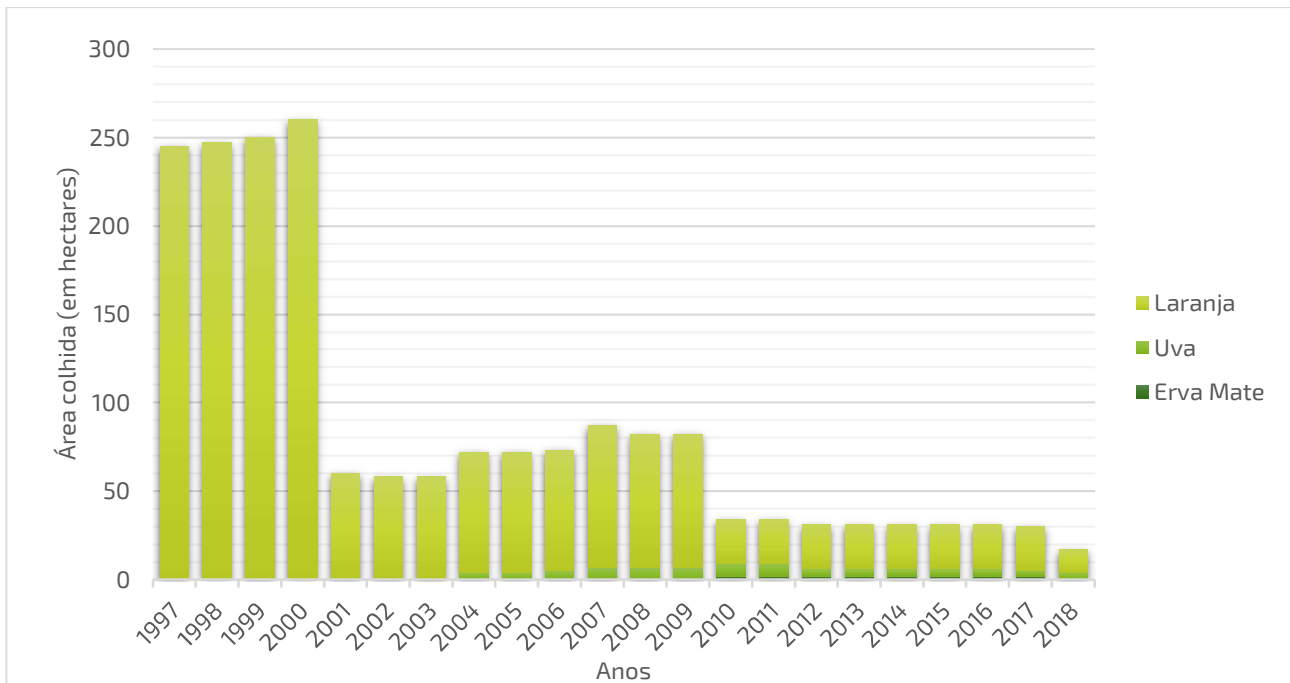
Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	478	3.943,55	91,57	75,31
1-2	38	997,78	7,28	19,06
2-3	5	218,92	0,96	4,18
3-4	1	76,08	0,19	1,45
4-5	0	0	-	-
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	522	5.236,33	100	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

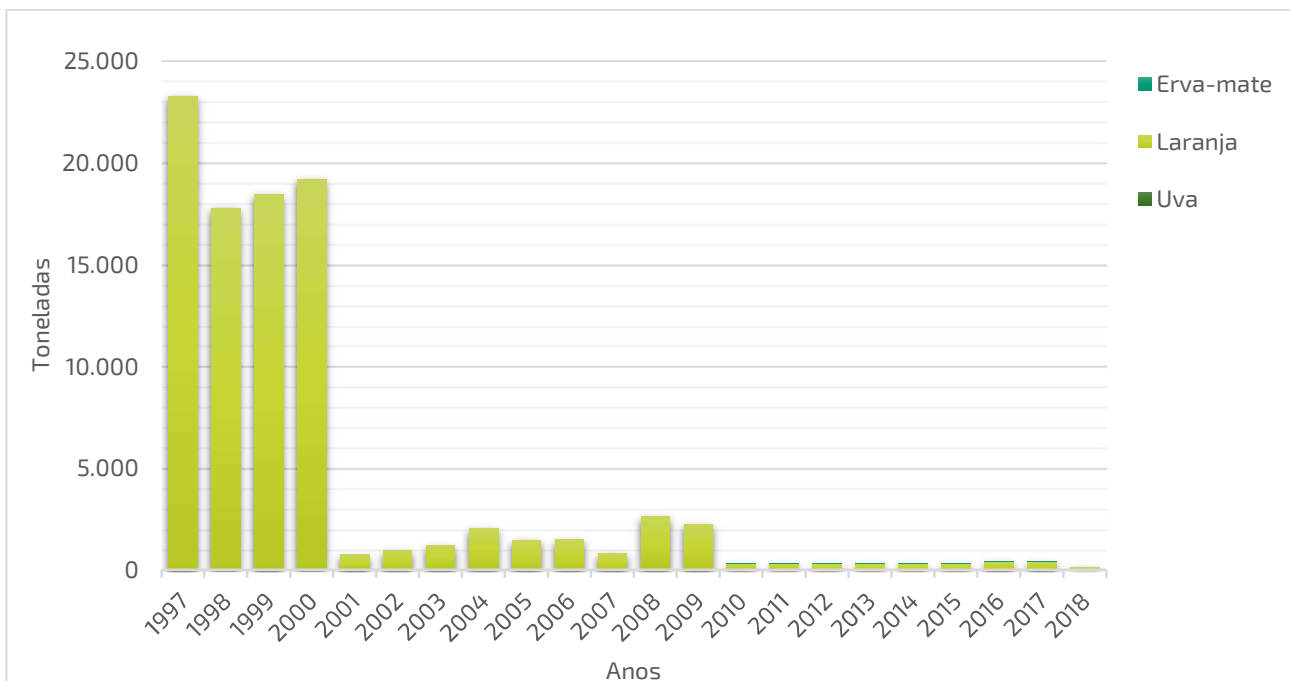
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 36 hectares para culturas perenes e 1.339 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a lavoura permanente não é a principal atividade agropecuária do município, o qual conta somente com três produções, a Erva Mate, a Uva e a Laranja.

A área colhida de laranja, apesar de ser a mais representativa, reduziu ao longo dos anos, de 245 hectares para somente 13 hectares no período analisado (Figura 10). A área de erva-mate manteve-se estável, ao redor de 2 hectares. A área colhida de uva oscilou entre 3 e 7 hectares no período analisado.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1997 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

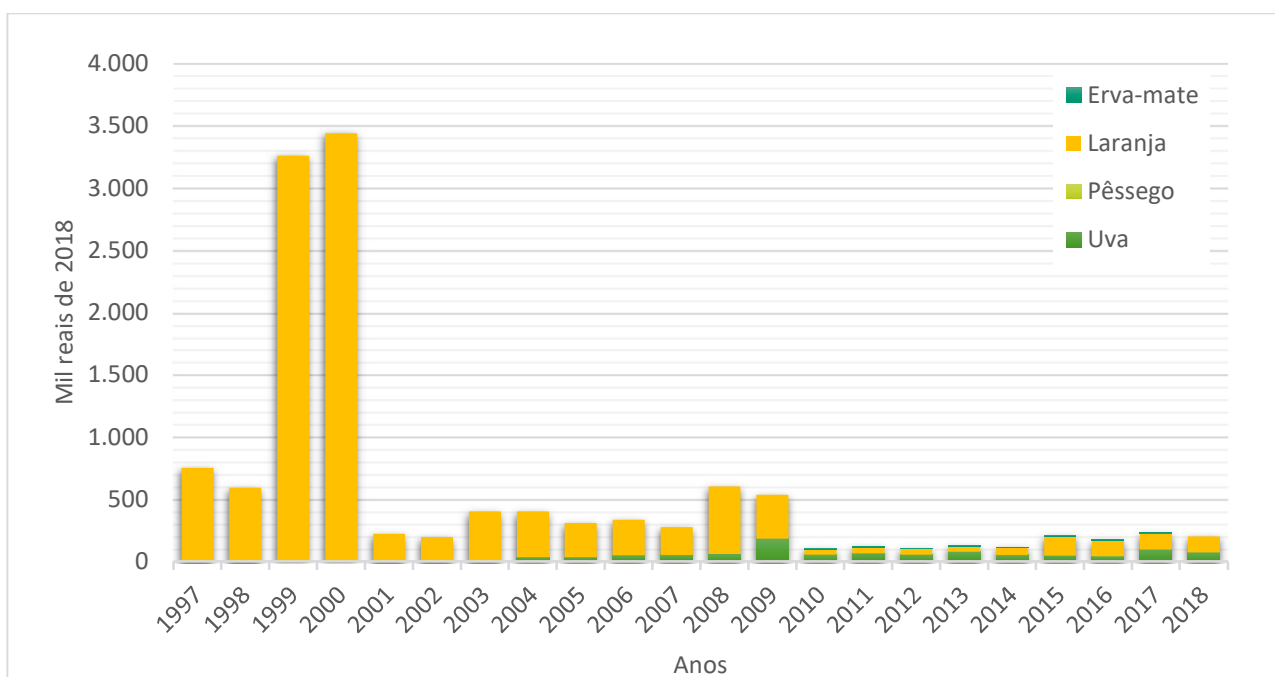
Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 1997 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 11 é possível observar a quantidade produzida das principais culturas de lavoura permanente. Nesta, destaca-se a redução na produção de laranja, que foi de 23 mil toneladas em 1997 para 130 toneladas.

Podemos observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente, deflacionado pelo IGP-DI base de 2018. Em 2018, o valor da produção da laranja foi de R\$ 130 mil. O segundo maior valor da produção da lavoura permanente é a uva, com um valor para o ano de 2018 de R\$ 72 mil.

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 2001 – 2018



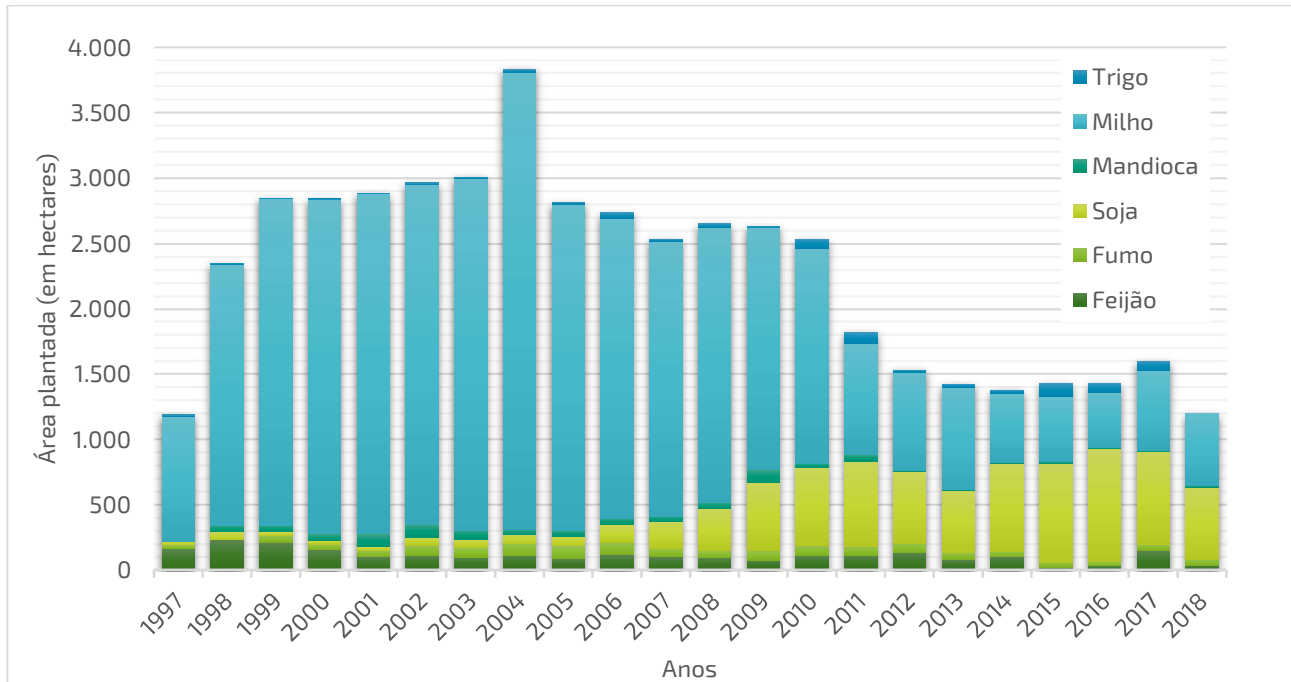
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Já, em relação à lavoura temporária, é possível verificar que as lavouras de milho, soja e feijão se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas (Figura 13). Neste sentido, destaca-se que a área plantada de milho, em 1997, foi de 950 hectares, mas foi reduzida e fechou com 546 hectares em 2018, o que representou uma redução de 43% na área plantada. A área plantada de feijão oscilou de 160 hectares para 35 hectares no período analisado, o que representa uma redução de 78%.

Por outro lado, a área plantada de soja foi aumentada em 1.733% desde 1997, quando contava com 30 hectares, passando para 7.440 hectares em 2018.

O município conta também com pequenas áreas de plantio de fumo, trigo e mandioca, as quais, apesar da importância, não tem grande representatividade se comparadas às grandes culturas. Dessas, o fumo apresentou aumento (50%) de área plantada; a área plantada de trigo foi ampliada em 367% enquanto a de mandioca diminuiu 68%

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1997 – 2018



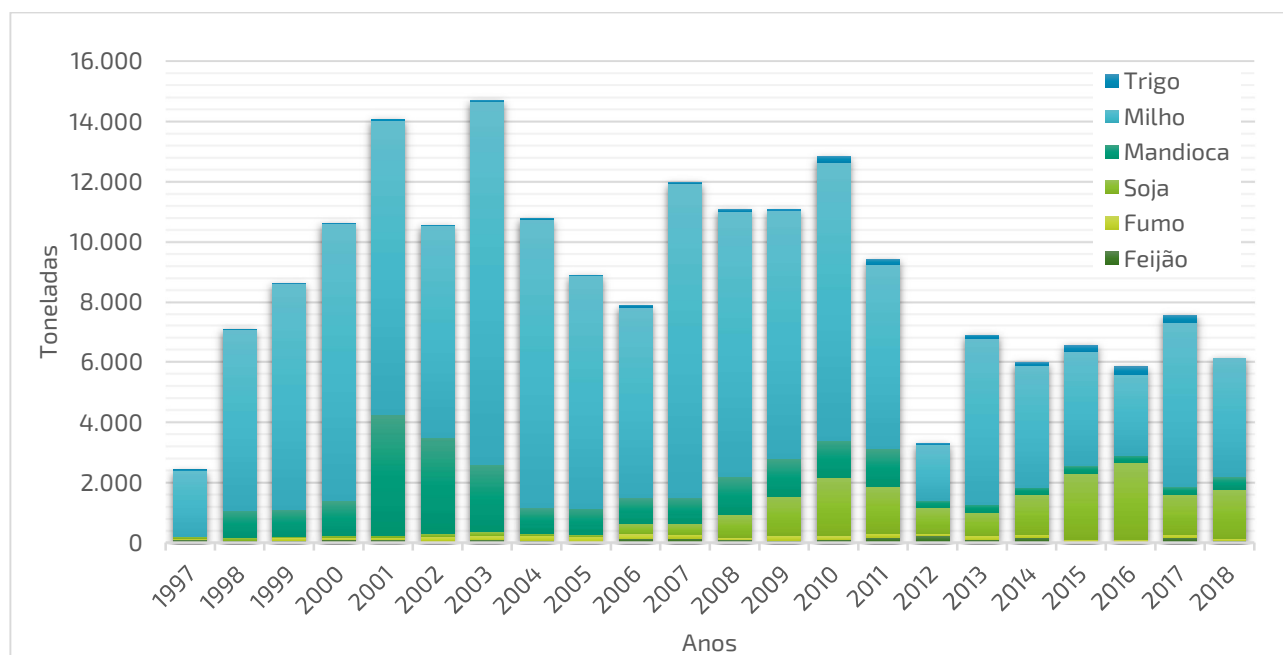
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar que o volume de produção aumentou entre 1997 e 2001, quando atingiu o volume de 14,1 mil toneladas, mas decresceu para 10,5 mil toneladas no ano seguinte, recuperando-se para 14,7 mil toneladas em 2003, momento em que registrou-se o valor mais alto da série histórica. Desde então, o volume de produção total de lavoura temporária no município oscilou e encerrou o ano de 2018 no patamar de 7,6 mil toneladas.

Ao comparar os extremos (1997 e 2018), percebe-se que as quantidades produzidas de praticamente todas as culturas foram elevadas: principalmente de milho (de 2,185 mil toneladas em 1997 para 3,931 mil toneladas em 2018), a de soja (de 72 toneladas no ano de 1997 para 1,636 mil toneladas no ano de 2018), a de trigo (de 13 toneladas no ano 1997 para 252 toneladas em 2017, não havendo registro em 2018).

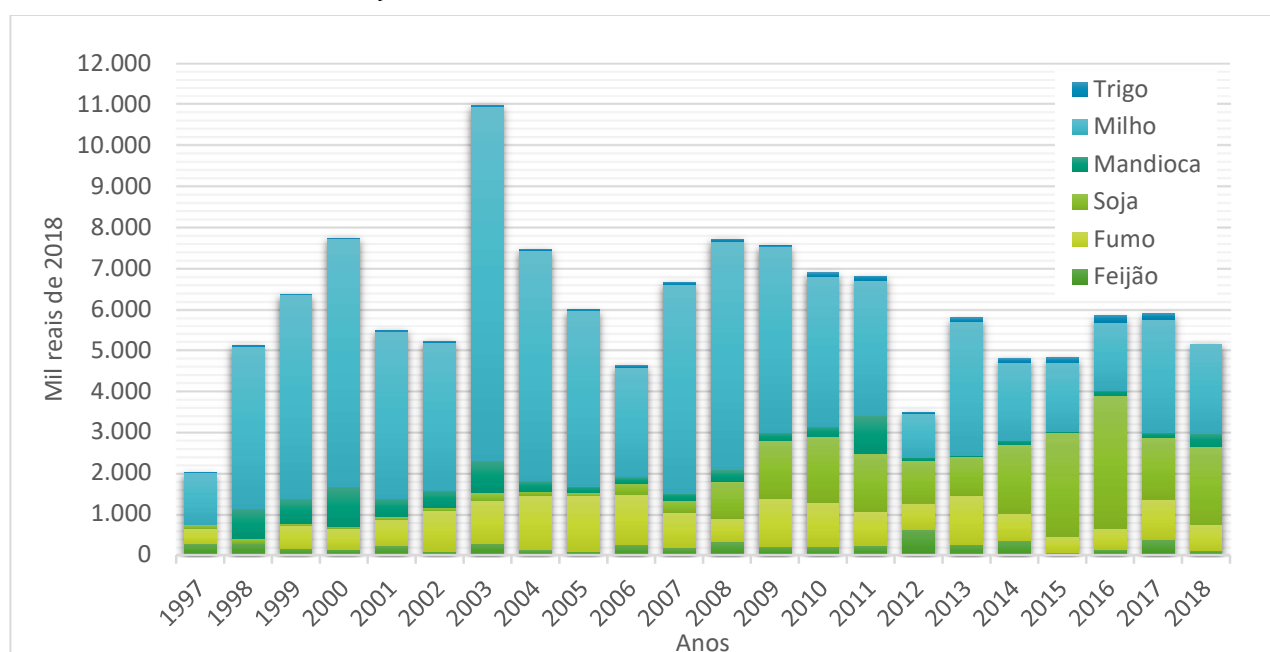
Por outro lado, a produção de feijão foi reduzida, partindo de 96 toneladas em 1997 para 60 toneladas em 2018. Destaca-se, neste contexto, que a participação do milho, em relação ao total produzido, foi de 91% (1997) para 64% (2018). Entretanto, a soja, que representava somente 3% do total em 1997 passou para 27% no ano de 2018.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1997 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

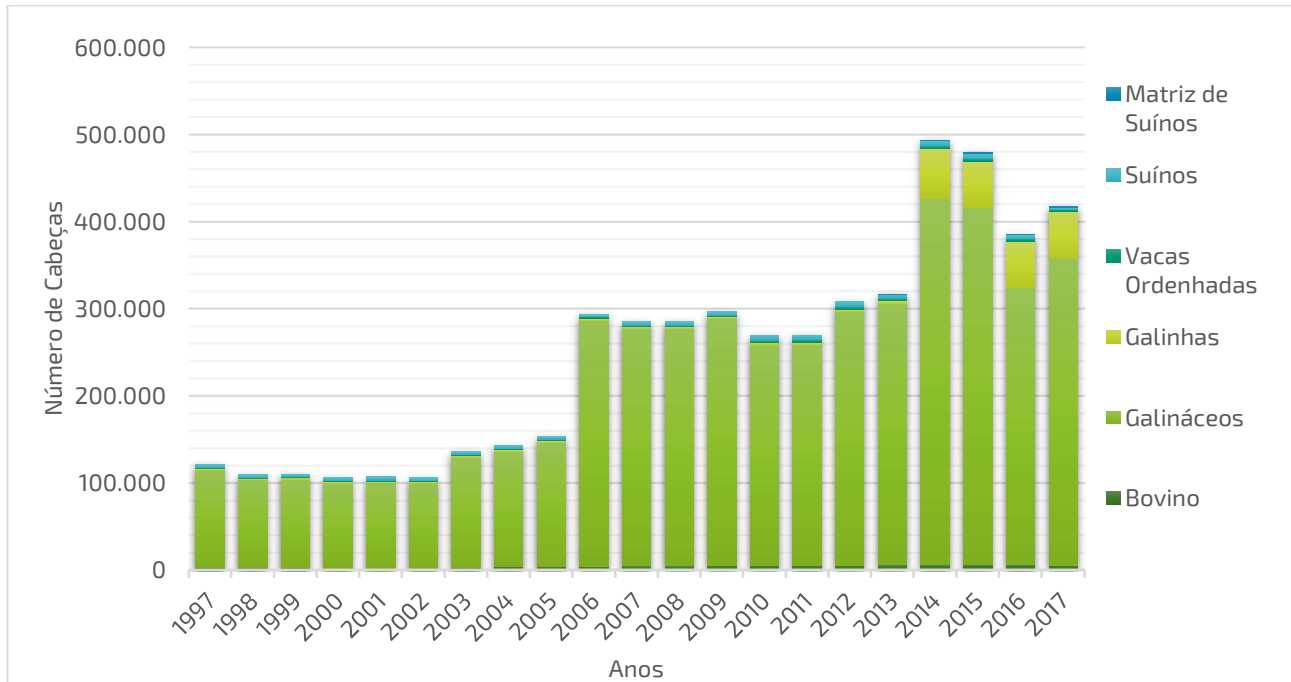
Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1997 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais, é possível observar (Figura 15) que o valor máximo da produção da lavoura temporária foi de R\$ 11 milhões em 2003. Neste contexto, destaca-se tendência de redução na produção de milho, que chegou a R\$ 8,6 milhões em 2003 e encerrou 2018 com R\$ 2,2 milhões.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1997 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, conforme se observa na Figura 16, o total dos rebanhos foram aumentados no decorrer da série histórica, apesar de se perceber algumas oscilações.

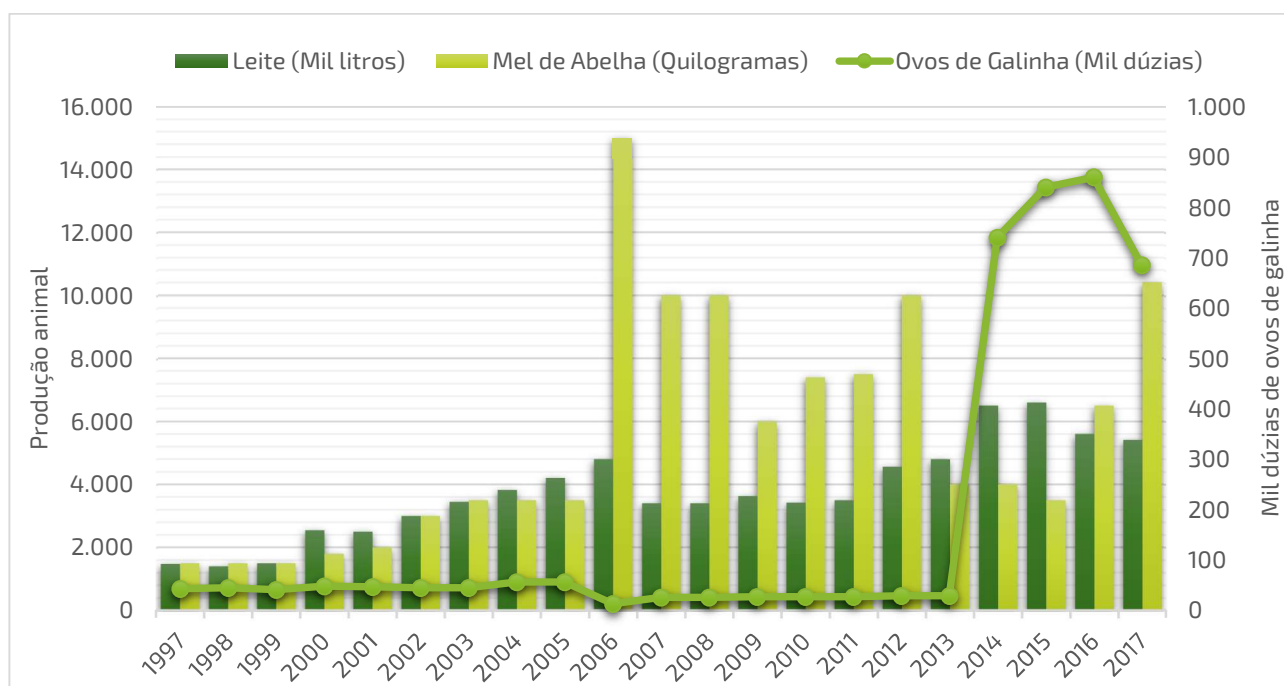
Neste sentido, pode-se dizer que os rebanhos aumentaram em 244% no município. Isso se deve principalmente ao rebanho dos galináceos⁴ (principalmente frangos de corte) que evoluiu de 111,9 mil cabeças (2006) para 351,7 mil cabeças (2017), um aumento de 214% na produção deste rebanho. Contribuiu para esse aumento o acréscimo de 2.795% no rebanho de galinhas, o qual passou de 1,9 mil cabeças em 1997 para 55 mil cabeças em

⁴ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

2018. Já, o rebanho suíno encolheu 31%, de 3,87 mil cabeças para 2,67 mil cabeças no período analisado.

Tendo por base a Figura 17, é possível observar que a produção leiteira comercial no município, nos anos de 1997 a 2017, apresentou tendência de crescimento. Contudo, entre 2016 e 2017 esta tendência parece ter sido revertida. No ano de 2017, foram produzidos 5,4 milhões de litros de leite no município, ante 5,6 mil do ano de 2016 e em 2015 6,6 mil litros.

Figura 17. Produção animal: 1997 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

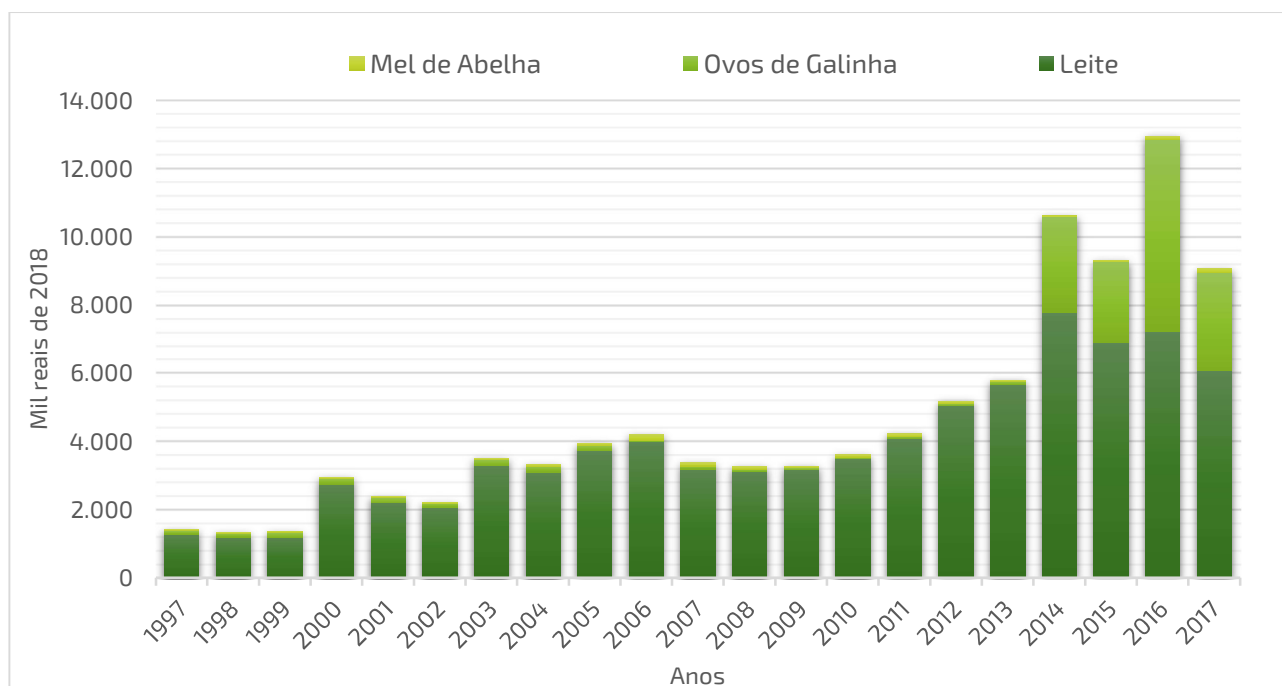
A produção de mel cresceu até o ano de 2006, quando atingiu 15 mil quilos, caindo para 10 mil quilos nos anos seguintes (2007 e 2008). Após este período, a produção manteve-se entre 3,5 e 10 mil quilos (com oscilações) fechando o ano de 2017 com 10,4 mil quilos produzidos. Ao longo do período a produção de mel no município aumentou em 594%, partindo de 1,5 mil quilos em 1997 para 10,4 mil quilos em 2017.

Quanto à produção de ovos, o período de 1997 a 2013 foi um período de pouca expressão, pois a produção girou em torno de 12 e 55 mil dúzias por ano. A partir do ano de 2014 houve uma produção mais elevada de ovos no município, onde neste ano já houve uma produção de 740 mil ovos, aumentando para 840 em 2015, chegando a 860 mil ovos em 2016 e,

reduzindo para 685 mil dúzias em 2017. No geral a produção de ovos cresceu 1531% de 1997 a 2017.

Relativamente a produção de mel, é possível observar entre o período de 1997 a 2018 houve um incremento de 594% nesta produção, onde em 1997 tinha-se 1,5 milhões de quilos e no ano de 2017 o município contava com 10,4 milhões de quilos.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1997 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de leite é de grande impacto no valor da produção animal (Figura 18). Neste sentido, é possível observar que a produção leiteira comercial no município apresentou crescimento na maioria dos anos da série histórica, partindo de R\$ 1,3 milhões em 1997 para R\$ 6,1 milhões em 2017.

Já, a produção de ovos passou a se constituir como de extrema relevância a partir do ano de 2014, momento em que chegou a R\$ 2,8 milhões, passando para R\$ 5,6 milhões em 2016 e encerrando 2017 com cerca de R\$ 2,9 milhões.

Com menor representação, o valor da produção de mel partiu de R\$ 38,4 mil em 1997, chegando a R\$ 119,7 mil em 2017.

De forma geral, apesar das oscilações no valor da produção, este evoluiu de R\$ 0,96 milhões para R\$ 8,4 milhões entre 2001 e 2018, o que atesta a importância do segmento pecuário para a agropecuária do município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

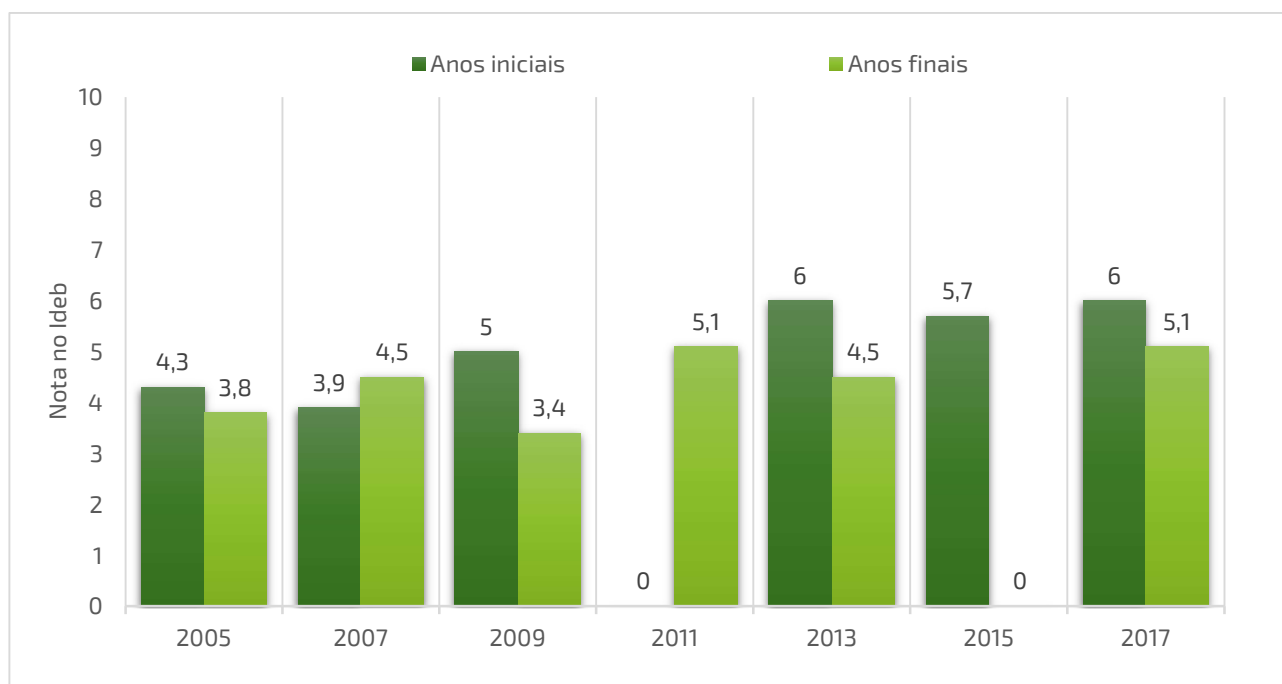
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 99,1%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 236 matrículas no ensino fundamental e 66 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 21 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 17 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 2 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19. Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais teve oscilações nos anos analisados, partido de 4,3 em 2005, caindo no ano seguinte para 3,9 e, crescendo até 2013, atingindo nota 6, sofrendo uma pequena redução em 2015 (nota 5,7), mas recuperando em 2017 (nota 6).

Figura 19. IDEB das escolas do município de Flor do Sertão/SC: 2005 a 2017

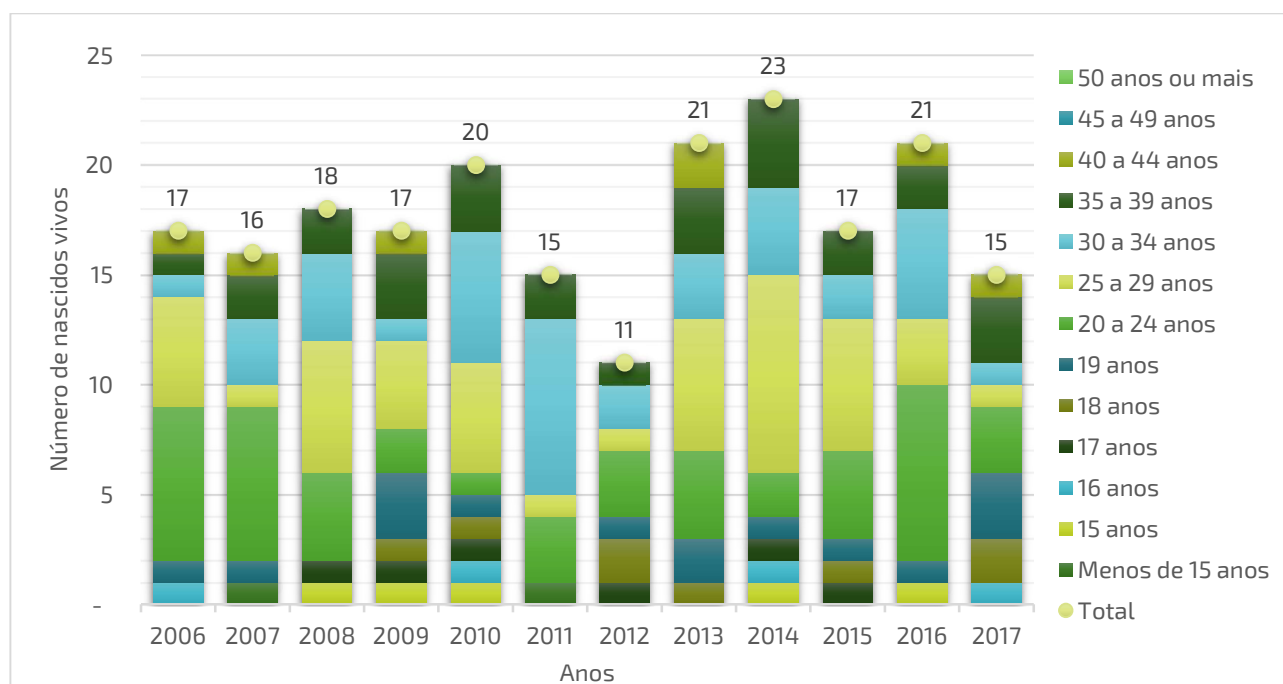
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado também oscilou no período, apresentando a menor nota em 2009 (3,4) e a maior nota nos anos de 2011 e 2017 (5,1).

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município partiu de 17 nascidos vivos em 2006 para 15 em 2017, sendo que no ano anterior (2016) foi ano com maior número de nascidos vivos do período (22). Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Flor do Sertão/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 foi registrado um parto em mães com menos de 18 anos, o que, o que representa um bom indicador, se comparado com outros municípios do estado em que existem mais adolescentes mães. Da mesma forma, neste mesmo ano foram registrados somente um parto de mães com mais de quarenta anos.

Já, a taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 62,5 e "a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 62.50 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 295 e 176 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 3103 de 5570, respectivamente." (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número

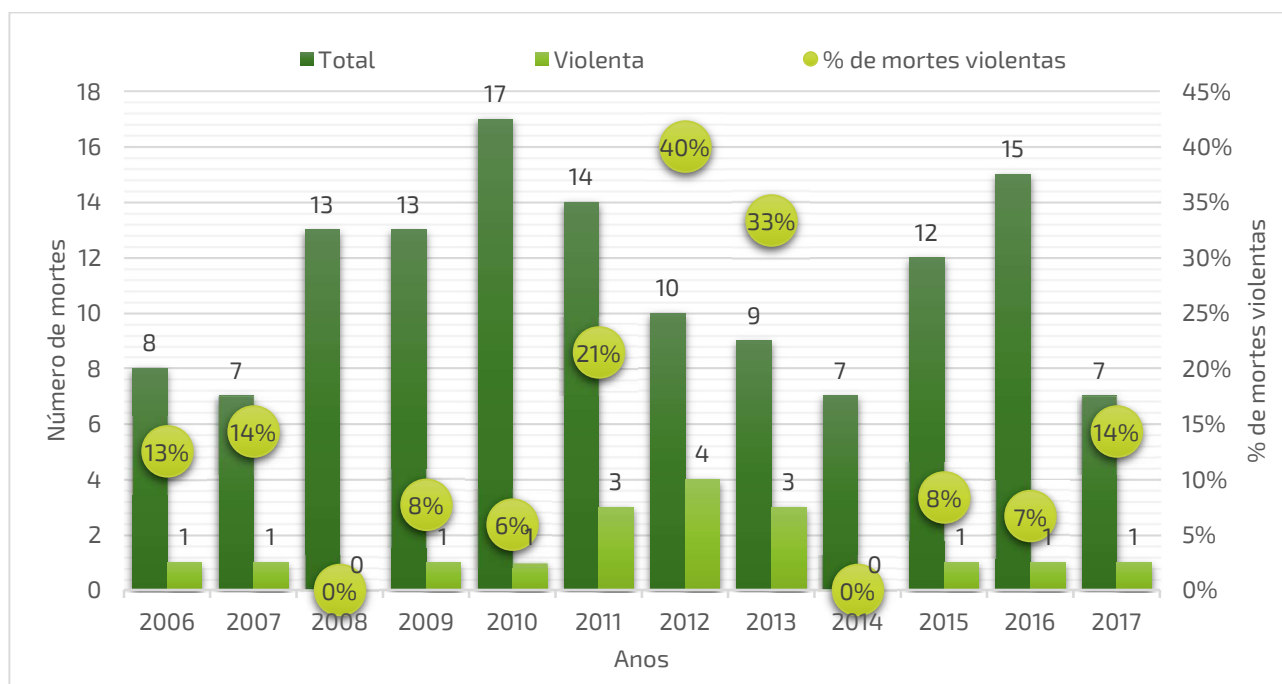
de mortes violentas nos anos de 2006 e 2017 (pontos extremos) foi de 13% e 14% respectivamente.

Em 2008 e 2014, chegou a alcançar o patamar mais baixo (0%) de mortes violentas em relação ao quantitativo de óbitos, em contrapartida, nos anos de 2013 e 2014 atingiu o patamar mais elevado (40 e 33%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu nos anos de 2006 a 2007, de 2009 a 2010 e de 2015 a 2017 com somente 1 morte, porém com 13%, 14%, 8%, 6%, 8%, 7% e 14% respectivamente, foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2010 em um total de 17 mortes, sendo que 6% destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 132 óbitos, dos quais 17 (13%) ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Flor do Sertão/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 13% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

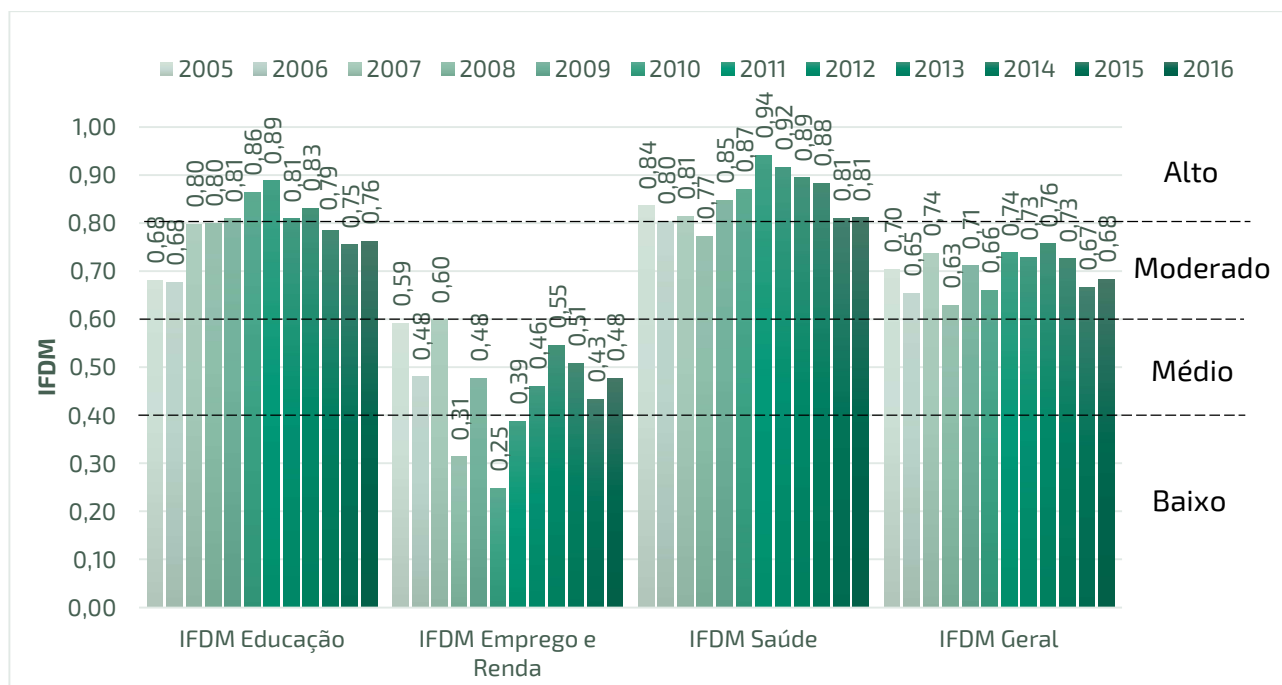
Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Interação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016.

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Por outro lado, o índice relativo ao “emprego e renda” foi inferior no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que no índice geral o município não apresentou melhoras na comparação entre 2005 e 2016, pelo contrário, apresentou piora nos segmentos de educação e de saúde a partir de 2011. O indicador de emprego e renda apresentou trajetória de redução até 2011, mas se recuperou nos anos seguintes, até 2013 e voltou a decrescer até 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Flor do Sertão possui "14.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 81.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 31.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 271 de 295, 43 de 295 e 91 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4014 de 5570, 2280 de 5570 e 1157 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 5.870,80 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 5.236,34 mil hectares. Destes, cerca de 10% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), e 13,48% como Reserva Legal, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	5.870,80	
Número de imóveis rurais	522	
Área total dos imóveis rurais	5.236,34	89,19
Área média:	10,03	
Área mínima/máxima:	0,21 / 76,08	
APP	543,54	10,38
APP - Recomposição	6,95	0,13
Reserva Legal	705,95	13,48
Vegetação Nativa	1.275,96	24,37
Servidão Administrativa	65,68	1,25
Área Consolidada	3.652,53	69,75
Banhados	1	0,02
Número de Nascentes	173	0
Uso Restrito	1,48	0,03
Hidrografia	234,15	4,47
Topo de Morro	1	0,02
Áreas: Não Declarada - Outras	634,46	10,81

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 522 imóveis rurais, cerca de 71 % mantém APP, 96 % possuem Área Consolidada, e 92 % contam com Vegetação Nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA³	% IR sem EA⁴
APP	371	550	151	71	29
Área Consolidada	501	3.653	21	96	4
Banhado	1	1	521	0	100
Hidrografia	336	207	186	64	36
Nascente olho d'água	134	-	388	26	74
Reserva Legal	398	706	124	76	24
Servidão Administrativa	352	66	170	67	33
Uso Restrito	3	1	519	1	99
Vegetação Nativa	478	1.276	44	92	8
Área topo de morro	0	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – FLOR DO SERTÃO					
Número Total de I.R.:	522	5.236,34			
Área Total do Município:		5.870,80			
% Área declarada/Área Município:		89,19			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção** e **produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades, Histórico e dados do município de Flor do Sertão (RS). 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DO SERTÃO (SC). Prefeitura. **Histórico do Município de Ametista do Sul, RS**. 2019. Disponível em <https://www.flordosertao.sc.gov.br/>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.